



USINA PETRIBU S.A. - CNPJ: 10.645.075/0001-83. Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias vimos submeter a apreciação de V.S., os balanços patrimoniais e as demonstrações contábeis desta sociedade, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023 e 31/12/2022. Lagoa de Itaenga (PE), 28 de junho de 2024.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstração do resultado abrangente			
(Em milhares de reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
Ativo	Notas	2023	2022	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022		(Em milhares de reais)	
Circulante				2023	2022		
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.364	10.216	94.970	55.916		
Contas a receber de clientes	6	128.706	83.546	1.892	1.907		
Estoques	7	87.076	110.709	(643)	(648)		
Adiantamento a fornecedores	8	13.160	28.678	1.249	1.259		
Tributos a recuperar	9	42.289	30.749	1.086	1.081		
Ativos biológicos	10	85.301	102.794	97.305	58.256		
Outros créditos		4.225	1.149				
		381.121	367.841				
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários	11	6.256	5.176				
Adiantamento a fornecedores	8	137	123				
Depósitos judiciais	19	1.127	1.207				
Partes relacionadas	20	973	1.459				
Tributos diferidos	21	77.730	67.880				
Outros créditos	12	8.285	9.285				
		94.508	85.130				
Investimentos	13	59.046	61.137				
Imobilizado	14	463.884	388.180				
		522.929	449.317				
		998.558	902.287				
Total do ativo							
Passivo e Patrimônio líquido							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	15	182.374	186.916				
Fornecedores	16	28.011	53.920				
Tributos a recolher	17	4.937	2.347				
Salários e obrigações sociais	18	28.971	26.583				
Adiantamentos de clientes		10.447	10.406				
Outras obrigações		4.773	3.937				
		259.515	284.110				
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	15	174.903	154.755				
Partes relacionadas	20	8.771	7.169				
Provisão para contingências	19	3.846	3.405				
Outras obrigações		9.696					
		197.216	165.329				
Patrimônio líquido							
Capital Social		335.000	281.000				
Reserva de lucros		126.711	89.397				
Ajuste de avaliação patrimonial		80.116	82.451				
		541.827	452.849				
		998.558	902.287				
Total do passivo e patrimônio líquido							

Demonstração do resultado				Caixa gerado pela ativ. operacionais			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos			
(Em milhares de reais)				Imposto de renda e contrib. social pagos			
	Notas	2023	2022	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		Atividades de investimento	
Receita operacional líquida	23	725.655	547.453	163.434	133.539		
Custos dos produtos vendidos	24	(531.532)	(412.459)	(476)			
Lucro bruto		194.123	134.994				
Despesas (receitas) gerais e administrativas:							
Vendas	25	(20.222)	(21.780)				
Gerais e administrativas	26	(21.795)	(19.433)				
Resultado da equivalência patrimonial	13	1.899	5.843				
Outras receitas e despesas, líquidas	27	(29.777)	(17.758)				
		(69.895)	(53.127)				
Lucro operacional antes do resultado financeiro		124.228	81.866				
Receitas financeiras	28	41.577	36.812				
Despesas financeiras	28	(75.971)	(71.378)				
Resultado financeiro		(34.394)	(34.566)				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		89.834	47.300				
Imposto de renda e contribuição social	21	(4.715)	(3.276)				
Corrente		9.850	11.892				
Diferido		5.135	8.616				
Lucro líquido do exercício		94.970	55.916				
Lucro por ação		9,12	5,37				

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022						
(Em milhares de reais)						
Notas	Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Incentivos Fiscais			
Saldos em 31 de dezembro de 2021						
Ajuste de exercícios anteriores	22.4	237.500	8.611	44.390	21.665	84.756
Realização do ajuste de avaliação patrimonial						99
Aumento de capital social	22.1	43.500	-	(43.390)	(110)	2.305
Dividendos distribuídos					(88)	
Lucro líquido do exercício	22.3				94.970	55.915
Destinação do lucro:						
Reserva legal			2.796			(2.796)
Reserva de incentivos fiscais			53.321			(53.321)
Reserva de lucros				2.203		(2.203)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		281.000	11.407	54.321	23.670	82.451
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	22.4					(2.335)
Aumento de capital social	22.1	54.000		(53.321)	(679)	2.335
Dividendos distribuídos					(809)	
Lucro líquido do exercício					94.970	94.970
Destinação do lucro:						
Reserva legal			1.091			(1.091)
Reserva de incentivos fiscais			75.485			(75.485)
Dividendos mínimos obrigatórios						(5.182)
Reserva de lucros				15.546		(15.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		335.000	12.498	76.485	37.728	80.116

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - 1.1. Objeto social: A Usina Petribu S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no Município de Lagoa de Itaenga, Estado de Pernambuco, que tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de açúcar (demerara, VHP, cristal e refinado) e de etanol (carburante e saneante), utilizando para este fim, como principal matéria-prima, a cana-de-açúcar e, também, a participação no capital social de outras sociedades, como sócia ou acionista. A Companhia é integrante de um grupo de empresas denominado Grupo Petribu e é controlada pela Petribu Participações S.A. **1.2. Período de safra e exercício social:** O período de moagem na região, onde se encontram localizadas as propriedades rurais (Zona da Mata Norte de Pernambuco), ocorre normalmente entre os meses de agosto a março do ano subsequente, que difere do exercício social estabelecido no Estatuto Social da Companhia, que abrange o ano civil (janeiro a dezembro). Desta forma, as demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentam as operações (custos das colheitas de cana-de-açúcar e custo de produção) relativas às Safras de 2022/2023 (operações ocorridas entre janeiro a fevereiro de 2023) e 2023/2024 (operações ocorridas de março a dezembro de 2023). Por sua vez, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentam as operações relativas às Safras de 2021/2022 (operações ocorridas entre janeiro a março de 2022) e 2022/2023 (operações ocorridas de abril a dezembro de 2022). **1.3. Moagem e produção das safras 2022/2023 e 2023/2024:** A moagem da Safra 2023/2024, ainda não concluída até 31 de dezembro de 2023, está estimada em cerca de 1,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com a produção de 145 mil toneladas de açúcar e 34.000 m³ de etanol, enquanto na safra 2022/2023, encerrada, em 29 de abril de 2023, alcançou cerca de 1,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com a produção de 145 mil toneladas de açúcar e 33.053 m³ de etanol. A cana-de-açúcar, consumida no processo produtivo do açúcar e do etanol, é produzida em terras próprias e arrendadas, ou adquiridas diretamente de terceiros ao preço de mercado, que usa como referência na compra desta matéria-prima o valor da ATR (Açúcar Total Recuperável). A cana-de-açúcar própria corresponde a, aproximadamente, 61% do consumo desta matéria-prima em 2023 (61% em 2022). O plantio de cana-de-açúcar é realizado em todos os meses do ano, requerendo, entretanto, um período de, no mínimo, 12 meses de maturação para a planta ser colhida. A colheita da cana-de-açúcar ocorre durante o período de moagem, que acontece, normalmente, de agosto do ano corrente até março do ano subsequente, 44% do faturamento total no exercício de 2023 (28% em 2022) e no mercado interno para as empresas atacadas, industriais e grandes redes de supermercado e de distribuição. O etanol é comercializado no mercado interno para as grandes distribuidoras de combustíveis e o álcool desinfetante (70%) para indústrias, redes de supermercados e para fins hospitalares, e álcool saneante (46%) é comercializado para as grandes redes de supermercados. **1.5. Cultura de eucalipto:** A Companhia está plantando a cultura de eucalipto nas áreas de difícil manejo para a cultura da cana-de-açúcar, que correspondem às terras com relevo mais íngreme e com pouca utilização de mecanização. A Direção da Companhia pretende utilizar o produto da biomassa do eucalipto para a geração de energia elétrica, por intermédio da sua empresa controlada, Termoeletricitá Itaenga Ltda., além da comercialização da madeira. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía uma área total de 1.340 hectares plantados com eucalipto (1.340 em 2022), cuja colheita alcançou 3.999 toneladas de madeira no ano de 2023 (23.573 toneladas em 2022).

1.6. Projeto de irrigação da lavoura canieira: A Companhia está implantando um projeto de irrigação da lavoura canieira por gotejamento e alças móveis, com investimento total realizado de aproximadamente R\$ 13.000 milhões (R\$ 11.000 milhões em 2022 e R\$ 1.700 milhões em 2023). Em 2023, a área total irrigada por gotejamento é de 668,00 hectares, a meta de longo prazo é alcançar a autossuficiência de irrigação com a cobertura de 8 mil hectares, sendo 2 mil de irrigação plena e 6 mil de irrigação complementar. O uso dessa tecnologia está diretamente ligado ao aumento da produtividade e a longevidade do canavieiro. A administração da Companhia pretende, com essa decisão, reduzir o custo de formação da lavoura canieira. A primeira colheita em área irrigada com gotejamento ocorreu na safra de 2019/2020, numa área de 210,4 hectares, colheita com 108,72 toneladas de cana-de-açúcar, com um ganho significativo de produtividade por hectare (143 toneladas por hectare).

2. Base de preparação das demonstrações contábeis - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tomadas por base pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para aprovar as Normas Brasileiras de Contabilidade. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Companhia é controlada pela Petribu Participações S.A. que é a holding corporativa que consolida as demonstrações contábeis do Grupo Petribu e, dessa forma, está sujeita às disposições previstas no pronunciamento técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. A Administração, com a anuência dos acionistas, decidiu não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, como facultado pelo parágrafo 4 do referido pronunciamento, uma vez que a sua controladora Petribu Participações S.A. disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Aprovação das demonstrações contábeis individuais:** A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em 28 de junho de 2024. **3. Políticas contábeis materiais - 3.1. Conversão de moeda estrangeira, moeda funcional e de apresentação - Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real - R\$, como sua "moeda funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis. **Conversão de moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da

transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio da data do fechamento na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item (ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente). Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que a Companhia reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Companhia determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada. **3.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa - gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como a gestão desses ativos financeiros gera fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações recebidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (I) o valor do ativo; e (II) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** De acordo com o CPC 48 a Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perdas de crédito esperadas para todos os ativos financeiros avaliados ao custo amortizado. Para contas a receber, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data de relatório. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões baseada em sua experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos dos devedores e do ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. A Administração considera este prazo de vencimento adequado considerando o modelo de negócios da Companhia e o histórico de pagamento dos clientes uma vez que durante este período a Companhia pode negociar o pagamento do título reduzindo o risco de crédito. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar um ativo financeiro inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que a Companhia receba integralmente os valores contratuais pendentes antes de considerar quaisquer melhorias de crédito feitas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos controlados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia designou os instrumentos financeiros derivativos como passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mantidos e mensurados ao custo amortizado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos contratuais, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 15. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.2. Receita de contrato com cliente:** A Companhia comercializa açúcar e etanol, entre outros produtos derivados da cana de açúcar. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo as etapas de: identificação dos contratos com clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação do preço da transação e alocação do preço da transação. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Nesse sentido, a receita de vendas de produtos é reconhecida na entrega aos clientes. A entrega é considerada o momento em que o cliente aceita os produtos e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. Os preços de venda são definidos com base em pedidos de compra e/ou contratos. A

Controladas		2023 e 2022
Termoeletricitá Itaenga Ltda.		95,15%
Gases Renováveis do Brasil Ltda.		99,61%
Petribu Empreendimentos Imobiliários Ltda.		37,25%
Trapuá Indústria de Bebidas Ltda.		99,31%

3.3. Ativo imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, custo atribuído (deemed cost), deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. A Companhia fez uso do dispositivo previsto no CPC 37 e seguiu orientação da Interpretação "CPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", avaliou suas edificações, máquinas e equipamentos para atribuir um novo custo (deemed cost). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais (Vide Notas 14 e 22.4). A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programadas em suas unidades industriais em bases anuais. Isso ocorre nos períodos de entressafra descritos na Nota 1 com o objetivo de inspecionar e substituir componentes do ativo imobilizado. Os gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, em que para os equipamentos de produção é utilizada o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem de cada bem do ativo imobilizado, exceto para os terrenos e as instalações em andamento que não são depreciados, e é apropriada em partida do resultado do exercício - despesas gerais e administrativas e nos custos de produção, é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, evidenciadas a seguir:

Classe	Vida útil econômica estimada (anos)
Edificações	de 14 a 50
Máquinas e equipamentos	de 05 a 15
Instalações industriais	de 05 a 20

...continuação - USINA PETRIBU S.A.

tima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo prevalece reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. A Companhia avalia se os riscos associados ao clima podem ter um impacto significativo, com a introdução de uma legislação para redução da emissão de gás carbônico que pode levar ao aumento dos custos de produção. Esses riscos associados ao clima são incluídos como premissas significativas em que podem impactar materialmente o cálculo do valor recuperável. Essas premissas têm sido incluídas nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar o valor em uso. **3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados pelo regime de Lucro Real, considerando as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 mil no período de 12 meses, e de 9%, sobre o lucro tributável. Na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando aplicável, são consideradas a compensação de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativa da CSLL limitada a 30% do Lucro Real e da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. As alíquotas efetivas destes tributos estão evidenciadas na Nota 21. **3.13. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações contábeis e em outros relatórios da administração. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.14. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Para detalhes das subvenções vide Nota 29. **3.15. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma) ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • CPC 50 - Contratos de Seguro - A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia; • Definição de Estimativas Contábeis - As alterações ao CPC 23 - As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia; • Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32 - As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano; • Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações contábeis da Companhia. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas se cabível, quando entrarem em vigor. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) • Alterações ao IAS 1. Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante • Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7. Não se espera que a adoção das normas acima tenha um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações contábeis, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos

ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações contábeis foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. a) **Perda (impairment):** Anualmente, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos não financeiros a fim de identificar indicativos de perdas (impairment). Quando aplicável, o valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuado com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. b) **Valor justo dos ativos biológicos:** Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 8). c) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado. d) **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados somente na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. Adicionalmente, a Companhia reconhece tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base em um prazo razoável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de racionalização fiscal futura. e) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros não são negociados em mercados ativos e é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Bancos conta movimento	3.052	8.862
Aplicações financeiras	17.312	1.354
	20.364	10.216

As aplicações financeiras são equivalentes de caixa por apresentarem liquidez em curtíssimo prazo e estarem sujeitas a conversão imediata em dinheiro por valores conhecidos e, também, de riscos reduzidos de alteração de valor, em virtude de flutuações nas taxas de juros, por estarem próximas da data de vencimento. As aplicações financeiras estão substancialmente lastreadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), que têm vencimento a cada 30 dias, com rendimento no valor correspondente a 98% da variação do CDI, em 2023 e 2022.

6. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Clientes no país	63.845	43.532
Clientes no exterior	68.761	40.061
	132.606	83.593
(-) Provisão para perdas esperadas	(2.711)	(47)
(-) Ajuste a valor presente	(1.189)	-
	128.706	83.546

A composição das contas a receber por vencimento é conforme segue:

	2023	2022
A vencer		
Em até 30 dias	72.597	40.276
De 31 a 60 dias	19.234	8.904
De 61 a 120 dias	37.704	424
Acima de 120 dias	2.671	33.489
Total das contas a vencer	132.206	83.093
Vencidas		
Em até 30 dias	153	347
De 31 a 60 dias	53	17
De 61 a 120 dias	42	15
Acima de 120 dias	152	13
Total das contas vencidas	398	501
Total	132.606	83.593

A movimentação da provisão para perdas esperadas está demonstrada conforme segue:

	2023	2022
Saldos iniciais em 1º de janeiro de Provisão/reversão no exercício	(47)	(1)
Provisão	(2.664)	(46)
Saldos finais em 31 de dezembro de	(2.711)	(47)

As perdas de crédito esperadas são as contas a receber de clientes são estimadas com base nas perdas reais passadas por idade de vencimento em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos à idade de vencimento e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de contas a receber sujeitos a ajuste a valor presente foram ajustados a uma taxa de 9,55% a.a..

7. Estoques

	2023	2022
Produtos acabados		
Acúcar	39.808	66.019
Etanol	38.310	16.964
Outros	223	13
Ajuste a valor de realização	(9.984)	-
	68.357	82.996
Produtos em elaboração	3.855	2.246
Almoxarifado	14.851	25.467
Outros	13	-
	18.719	27.713
	87.076	110.709

A movimentação da provisão para ajuste ao valor de realização está demonstrada conforme segue:

	2023	2022
Saldos iniciais em 1º de janeiro de Provisão no exercício	(9.984)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de	(9.984)	-

8. Adiantamentos a fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de materiais	10.645	24.917
Fornecedores de cana-de-açúcar		
Parceiros	(a) 2.515	3.760
Financiamentos para plantio	(b) 137	124
	2.652	3.884
	13.297	28.801
No ativo circulante	13.160	28.678
No ativo não circulante	137	123
	13.297	28.801

(a) Não há incidência de encargos financeiros. (b) Foram formalizados contratos de adiantamentos com e sem encargos financeiros. Para os contratos com incidência de encargos financeiros, incidem juros de 1% ao mês até a data da entrega da cana-de-açúcar, que ocorrerá durante a safra, ou a variação da ATR (Acúcar Total Recuperável), considerando o que for maior das duas modalidades de atualização.

9. Impostos Tributos a recuperar

	2023	2022
COFINS não cumulativo	17.616	11.146
PIS não cumulativo	3.855	2.441
Reintegra	291	232
IRRF sobre aplicações financeiras	593	219
ICMS a recuperar	17.438	14.406
IR sobre o lucro líquido	1.806	1.759
Outros tributos	690	546
	42.289	30.749

10. Ativos biológicos: Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria prima na produção de açúcar e etanol na safra em curso (2023/2024) e seguinte (2024/2025).

A movimentação do ativo biológico é como segue:

	2023	2022
Saldos iniciais em 01 de janeiro de	102.794	69.106
Aumento decorrente de plantio e tratos	89.846	79.745
Transferido do ativo imobilizado (Nota 14)	(12.782)	24.320
Reduções decorrentes da colheita	(93.884)	(67.161)
Mudanças no valor justo	(673)	(3.216)
Saldos finais em 31 de dezembro de	85.301	102.794

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo: O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia

de fluxo de caixa descontado, considerando: a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação de: (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Acúcar Total Recuperável); e (ii) o preço de mercado futuro de cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As seguintes premissas foram adotadas para determinação do valor justo:

	2023	2022
Área estimada de colheita (hectare)	17.567	18.088
Produtividade prevista (ton. de cana/hectare)	68	75
Quant. total de açúcar recuperável - ATR(Kg)	122	115
Valor do Kg do ATR	1,3149	1,3933

A avaliação do ativo biológico por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. O quadro acima demonstra resumidamente os principais parâmetros considerados no cálculo do valor justo dos ativos biológicos. Além dos aspectos citados acima, para a determinação do valor justo das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé), foram utilizadas as seguintes premissas: • A produtividade é calculada por área de plantação, em que cada uma possui especificidades em relação a solo, material genético, clima, etc. O conjunto destas características, com base em dados históricos, é determinante para a estimativa da produtividade. • Os custos de terra própria são calculados com base em índices de custo de arrendamento do estado do Pernambuco. • A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado do capital, onde foram utilizados a taxa de risco e o perfil de endividamento do setor de açúcar e álcool no Brasil. A taxa utilizada no cálculo do ativo biológico calculado pelo método de fluxo de caixa descontado foi de 7,85% a.a. (2022: 7,33% a.a.), líquido de impostos. Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) são registradas na rubrica "Ativos Biológicos" no ativo circulante e têm como contrapartida a conta de "Variação no valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício. O modelo de projeção de fluxo de caixa e as premissas utilizadas na determinação do valor justo total do ativo biológico representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis e são revisados anualmente e, quando necessário, ajustados.

11. Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2023, a administração financeira no montante de R\$ 6.256 (2022: R\$ 5.176), refere-se a CDB Pós-fixado, banco em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (vide Nota 15), e ser resgatada no vencimento final dos respectivos contratos previstos para 29 de setembro de 2030.

12. Outros créditos (não circulante): Refere-se a direitos sobre cessão de créditos. Por intermédio de Escrituras Públicas de Cessão de Direitos Creditórios, firmada em 16 de fevereiro de 2008, o Banco do Brasil S.A. cedeu a Companhia os créditos e os direitos, objeto da Ação de Execução Judicial Nº 0000013-38.1995.8.26.0369, em trâmite no juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Monte Aprazível, Região de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, promovido pelo Banco do Brasil S.A. em desfavor da Destilaria Água Limpa S.A. e outros coobrigados. Os referidos créditos e direitos estão constituídos por meio de Escritura Pública de Confissão de Dívidas com garantia hipotecária das máquinas e equipamentos integrantes do parque industrial da Destilaria Água Limpa S.A. e do imóvel onde se encontra localizada esta indústria. A referida cessão de créditos foi efetuada a título oneroso pelo valor de R\$ 14.785. Por intermédio de Escrituras Públicas de Cessão Parcial de Direitos Creditórios, a Companhia cedeu parcialmente para a Oeste Paulista Administração de Patrimônio Eireli, em 27 de fevereiro de 2015, e em 14 de setembro de 2015 e 15 de maio de 2020, créditos no valor de R\$ 2.500, R\$ 3.000 e R\$ 1.000, respectivamente, permanecendo um saldo de R\$ 8.285 em 31 de dezembro de 2023 (2022: R\$ 9.285). De acordo com a avaliação dos Assessores Jurídicos da Companhia, é muito provável que seja

decretada a falência da Destilaria Água Limpa S.A., ainda no decorrer do ano de 2024, o que possibilitará a utilização dos referidos créditos para arrematar bens em leilão. Isto porque, o Pedido de Recuperação Judicial, que tramitou na 1ª Vara de Monte Aprazível, foi indeferido, por não ter sido comprovado os requisitos essenciais para o seu requerimento, estando no momento aguardando o julgamento do recurso de apelação no TJSP. Também, já foi decretada a falência da Destilaria Fronteira S.A. (empresa ligada da Destilaria Água Limpa S.A.) e da Taquaruçu Agropecuária Ltda. (controladora da Destilaria Água Limpa S.A.) e encontra-se em trâmite um pedido de extensão dos efeitos da decretação de falência destas empresas à Destilaria Água Limpa S.A. Na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a partir da transmissão dos direitos creditórios, foram sub-rogados à Companhia o polo ativo da ação de execução e os direitos reais dados em garantia, especialmente a hipoteca dos imóveis que compõem o parque industrial da Destilaria Água Limpa S.A. Adicionalmente, a administração da Companhia considera que não haverá perdas no recebimento desse crédito, visto que possui privilégios legais em relação aos demais credores da Destilaria Água Limpa S.A. e o fato de existir uma avaliação dos bens penhorados, realizada em maio/2022, cujo valor é superior ao saldo do crédito.

13. Investimentos

	2023	2022
Empresas controladas		
Termoelétrica Itaenga Ltda.	25.269	27.239
Gases Renováveis do Brasil Ltda.	5.860	5.115
Petrub Empreendimentos Imobiliários Ltda.	27.047	27.796
Trapuá Indústria de Bebidas Ltda.	870	987
	59.046	61.137

Movimentação dos investimentos: As movimentações anuais dos investimentos em empresas controladas e coligada estão demonstradas conforme segue:

	2023	2022
Saldos iniciais em 1º de janeiro de	61.137	56.244
Dividendos recebidos	(3.990)	(950)
Resultado da equivalência patrimonial (a)	1.899	5.843
Saldos finais em 31 de dezembro de	59.046	61.137

Informações sobre as controladas

	2023	2022
Termoelétrica Itaenga Ltda.		
Ativo circulante	1.218	4.047
Ativo não circulante	25.537	2.225
Passivo circulante	198	388
Passivo não circulante	-	7.722
Patrimônio líquido	26.557	5.883
Recíproca operac. líquida	7.012	4.745
Lucro líq.(prej.) exercício	2.121	3.328
Percent. de participação	95,15%	99,61%
Resultado da equív. patrimonial (a)	(560)	3.325
Valor do investimento	25.269	5.860

(a) Valor referente ao resultado de equivalência patrimonial (ganho de R\$ 4.467) e a distribuição desproporcional de dividendos recebidos das controladas Termoelétrica Itaenga Ltda. e Gases Renováveis do Brasil Ltda. (perda de R\$ 2.568)

	2022	2023
Termoelétrica Itaenga Ltda.		
Ativo circulante	994	366
Ativo não circulante	28.267	5.071
Passivo circulante	149	272
Passivo não circulante	485	-
Patrimônio líquido	28.627	5.135
Recíproca operac. líquida	4.563	2.529
Lucro líq.(prej.) exercício	(24)	934
Percent. de participação	95,15%	99,61%
Resultado da equív. patrimonial	(2.128)	934
Valor do investimento	27.239	5.115

decretada a falência da Destilaria Água Limpa S.A., ainda no decorrer do ano de 2024, o que possibilitará a utilização dos referidos créditos para arrematar bens em leilão. Isto porque, o Pedido de Recuperação Judicial, que tramitou na 1ª Vara de Monte Aprazível, foi indeferido, por não ter sido comprovado os requisitos essenciais para o seu requerimento, estando no momento aguardando o julgamento do recurso de apelação no TJSP. Também, já foi decretada a falência da Destilaria Fronteira S.A. (empresa ligada da Destilaria Água Limpa S.A.) e da Taquaruçu Agropecuária Ltda. (controladora da Destilaria Água Limpa S.A.) e encontra-se em trâmite um pedido de extensão dos efeitos da decretação de falência destas empresas à Destilaria Água Limpa S.A. Na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a partir da transmissão dos direitos creditórios, foram sub-rogados à Companhia o polo ativo da ação de execução e os direitos reais dados em garantia, especialmente a hipoteca dos imóveis que compõem o parque industrial da Destilaria Água Limpa S.A. Adicionalmente, a administração da Companhia considera que não haverá perdas no recebimento desse crédito, visto que possui privilégios legais em relação aos demais credores da Destilaria Água Limpa S.A. e o fato de existir uma avaliação dos bens penhorados, realizada em maio/2022, cujo valor é superior ao saldo do crédito.

16. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de cana-de-açúcar	6.020	6.558
Fornecedores de materiais diversos	21.891	47.362
	28.011	53.920

Ajuste a valor presente: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía nenhuma operação de contas a pagar a fornecedores que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente nos seus saldos contábeis.

17. Obrigações fiscais Tributos a recolher

	2023	2022
IRRF	1.122	920
Contribuição sobre Cana-de-açúcar	195	274
CSL	3.465	945
CMIS	139	138
Outros	4.937	2.347
	11.258	5.624

18. Salários e obrigações sociais

	2023	2022
INSS	3.022	3.260
FGTS	1.524	1.389
Férias a pagar	15.664	13.898
Salários e consignações	8.451	7.862
Outros	310	374
	28.971	26.583

19. Provisão para contingências e depósitos judiciais

	2023	2022
Passivo não circulante		
Provisão para contingência		
Processos judiciais trabalhistas	(a) 724	858
INSS	(b) 100	100
Processos judiciais tributários	2.997	2.058
Processos judiciais civis	(c) 25	389
	3.846	3.405

Ativo não circulante

	2023	2022
Depósitos judiciais		
Depósitos judiciais trabalhistas	398	521
INSS sobre folha rural	75	70
CMIS - Autos de infração SEFAZ	654	616
	1.127	1.207

(a) Contingências trabalhistas que possuem a previsibilidade de serem liquidadas, mediante acordo com as partes contrárias, no exercício de 2024; (b) Refere-se ao processo de débitos de contribuições sociais das empresas, SAT e SENAR; (c) A Companhia possui processos de natureza cível e trabalhista, que se encontram em instâncias diversas. A movimentação anual da provisão para contingências está demonstrada conforme segue:

	2023	2022
Saldos iniciais em 1º de janeiro de	3.405	3.657
Pagamentos	(2.794)	(1.397)
Constituição de provisão	3.534	1.469
Reversão da provisão	(389)	(419)
Juros provisionados	90	95
Saldos finais em 31 de dezembro de	3.846	3.405

...continuação - USINA PETRIBU S.A.

Diferido:	2023	2022
No ativo não circulante		
Prejuízos fiscais de imposto de renda - IRPJ	95.347	89.333
Base de cálculo negativa de contribuição social - CSL	34.325	32.160
Total no ativo não circulante	129.672	121.493
No passivo não circulante		
Ganhos/perdas no ajuste a valor justo dos ativos biológicos	(2.702)	(2.931)
Reaval. de terrenos e propriedades rurais	(13.435)	(15.015)
Ativo imobilizado - custo atribuído	(34.874)	(35.667)
Ajuste de derivativos - NDF	(931)	-
Total no passivo não circulante	(51.942)	(53.613)
IR e contrib. social diferido ativo (passivo)	77.730	67.880

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável, aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

Ano	2023	2022
2023	28.232	4.151
2024	29.594	4.392
2025	31.017	4.596
2026	40.829	103.547
2027 em diante	129.672	121.493

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram (depreciação pelas vidas úteis e custo atribuído).

Comente: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas da despesa de imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado do exercício é demonstrada conforme segue:

	2023	2022
Resultado do exercício antes da tributação	89.834	47.300
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto calculado com base nas alíquotas nominais combinadas	(30.544)	(16.082)
Reconciliação para taxas efetivas:		
Despesas não dedutíveis	(64)	(40)
Juros indutíveis	(27)	(27)
Provisão para contingências	(1.293)	(211)
Equivalência patrimonial	(509)	(157)
Depreciação fiscal	866	1.645
Dividendos recebidos	-	2
Ajuste de avaliação de ativos biológicos	(229)	(1.093)
Ajuste dos estoques a valor de mercado	(3.396)	-
Ajuste a valor presente da conta clientes	(404)	-
Ajuste de derivativos - NDF	931	-
Equivalência patrimonial	1.178	2.296
Rendimentos tributáveis exclusivos na fonte	162	27
Reversão de provisões	132	142
Crédito presumido de ICMS	14.182	9.158
Total das adições/exclusões	11.529	12.438
Compensação de prej. fiscais e base negativa	4.896	1.933
Efeito no limite de dedução do adic. do IRPJ	1.762	898
Imposto de renda e contrib. social correntes	(12.357)	(10.015)
Imposto de renda e contrib. social diferidos		
Compensação de prej. fisc. e base negativa	9.848	12.547
Prejuízos fiscais e base negativa	(932)	-
Ajuste de derivativos - NDF	(932)	-
Impostos e contribuições	27	27
Provisões não dedutíveis	1.161	69
Reavaliação de terrenos	1.580	-
Ajuste de avaliação de ativos biológicos	229	1.093
Ajuste dos estoques a valor de mercado	3.396	-
Ajuste a valor presente da conta clientes	404	-
Realização da reserva de AAP	795	785
Imposto de renda e contrib. social diferidos	9.850	11.892
Débito/créd. de IRPJ e CSL apur. pelo lucro real	(2.507)	10.877

22. Patrimônio líquido - 22.1. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 335.000 (2022: R\$ 281.000), está representado por 10.414.864 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

	2023 e 2022
Acionistas	Número de ações
Petríbú Participações S.A.	9.052.933
Jorge Cavalcanti de Petríbú	1.101.343
Terêsa Cavalcanti de Petríbú	260.588
	10.414.864

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2023, foi aprovado aumento do capital social da Companhia com as reservas existentes em 31 de dezembro de 2022, no valor total de R\$ 54.000, sendo R\$ 53.321 de Reserva de Lucros - Incentivo Fiscal Capital e R\$ 679 de Reserva de Lucro, passando o capital social de R\$ 281.000 para R\$ 335.000. Não houve emissões de ações, permanecendo assim, inalterado o quantitativo de ações da Companhia. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2022, foi aprovado aumento do capital social da Companhia com as reservas existentes em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 43.500, sendo R\$ 43.390 de Reserva de Lucros - Incentivo Fiscal Capital e R\$ 110 de Reserva de Lucro, passando o capital social de R\$ 237.500 para R\$ 281.000. Não houve emissões de ações, permanecendo assim, inalterado o quantitativo de ações da Companhia. **22.2. Reservas de lucros - (a) Legal:** constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. (b) Retenção de Lucros: Refere-se aos lucros dos exercícios de 2023 e 2022 retidos para a deliberação da sua destinação na próxima Assembleia Geral Ordinária. (c) Reservas de Incentivos Fiscais - ICMS e IRPJ: Constituída de acordo com o estabelecido no Artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638/2007). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecida, descrito na Nota 28, reconhecida no resultado

do exercício, a ela destinada a partir da conta de lucros acumulados. **22.3. Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os lucros apurados em cada exercício terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral Ordinária. É assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: • Parcela destinada à constituição da reserva legal; • Importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e • Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. A Assembleia Geral Ordinária poderá deliberar a não distribuição do dividendo mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos nos termos do Estatuto Social.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	94.970	55.915
(+) Realização do custo atribuído	2.335	2.305
(-) Reserva de incentivos fiscais	(75.485)	(53.321)
Base de cálculo da reserva legal	21.820	4.899
(-) Reserva legal - 5%	(1.091)	(2.796)
Base de cálculo para dividendos	20.729	2.103
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	5.182	-

22.4. Ajuste de avaliação patrimonial (AAP): Foi contabilizado nesta rubrica o efeito da avaliação do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários, efetuada para 1º de janeiro de 2010, próprio e reflexo, da empresa controlada (Termoelétrica Itaenga Ltda.). Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício à medida que os bens do ativo imobilizado, que deram origem a contabilização, forem sendo realizados, por meio de depreciação ou baixa dos ativos a que se referem. Os efeitos dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstrados conforme segue:

	2023	2022
Efeito no ativo imobilizado e Patrimônio líquido		
Valor de avaliação do ativo imobilizado em 31.12.2009	94.970	55.915
Valor de depreciação acumulada	(75.485)	(53.321)
Saldo líquido da depreciação em 31.12.2009, antes da avaliação	(114.354)	(97.406)
Custo atribuído ao imobilizado	148.788	148.994
Passivo não circulante - Tributos diferidos	(48.994)	(48.994)
Efeito líquido do custo atribuído	99.794	99.794
Reflexo do custo atribuído de empresa controlada	24.482	24.482
Efeito líquido no patrimônio líquido	124.276	124.276

	2023	2022
Realização líquida do ajuste de avaliação patrimonial:		
Em exercícios anteriores a 2022	(27.611)	(27.611)
No exercício de 2022	(1.224)	(1.224)
No exercício de 2023	(30.084)	(30.084)
Realização reflexa do ajuste de avaliação patrimonial de empresa controlada		
Em exercícios anteriores a 2022	(11.909)	(11.909)
No exercício de 2022	(1.081)	(1.081)
No exercício de 2023	(8.081)	(8.081)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(14.076)	(14.076)
Em exercícios anteriores a 2022	80.116	80.116

	2023	2022
23. Receita operacional líquida		
Receita bruta de vendas	497.931	296.358
Venda de açúcar cristal/refinado	128.344	91.225
Venda açúcar demerara/VHP	6.585	10.871
Venda açúcar cristal malha	53.695	53.695
Venda álcool anidro	40.993	83.563
Venda álcool hidratado	920	1.596
Venda de cana-de-açúcar e melão	123	123
Revenda de produtos	652	18.008
Prêmio sobre exportações	4.839	4.508
Venda de açúcar triturado	2.938	4.907
Venda de açúcar amargo	68	72
Venda de Óleo Fúsel	9	9
Venda de Açúcar Mascavo	656	7
Venda de Alcool Etílico 70° INPM	15.679	20.988
Vendas de Bagaço	4	4
Vendas Alcool Gel Saneante 70° INPM	79	275
Venda Floresta de Eucaliptos	704	6.466
Vendas Açúcar de Confeiteiro Glace	1.128	438
Outros	92	279
Impostos sobre vendas e devoluções	745.207	594.251
(-) Ajuste a valor presente	(15.216)	(46.798)
Receita operacional líquida	(4.336)	-
	725.655	547.453

	2023	2022
24. Custo dos produtos vendidos		
Açúcar cristal/refinado	(352.865)	(238.553)
Açúcar demerara/VHP	(82.703)	(58.129)
Alcool anidro	(45.615)	(42.126)
Alcool hidratado	(49.522)	(69.094)
Cana-de-açúcar e melão	(60)	(152)
Eucalipto	(93)	(1.189)
Mudanças no valor justo de ativo biológico (Nota 10)	(673)	(3.216)
	(531.532)	(412.459)

	2023	2022
25. Despesas com vendas		
Fretes diversos	(10.557)	(10.655)
Despesas com exportação	(3.347)	(5.777)
Serviços prestados	(3.105)	(2.859)
Despesas com pessoal	(1.604)	(1.216)
Aluguéis	(742)	(150)
Depreciação	(22)	(17)
Bonificações comerciais	(388)	(813)
Outros	(457)	(293)
	(20.222)	(21.780)

	2023	2022
26. Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal e encargos sociais	(9.378)	(8.408)
Serviços prestados	(4.056)	(3.754)
Despesas com restaurante	(1.437)	(1.335)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(1.434)	(1.436)
Combustíveis	(1.227)	(1.161)
Contribuições e doações	(254)	(806)
Impostos, taxas e contribuições	(1.159)	(416)
Depreciação e amortização	(417)	(238)
Materiais de reparo e manutenção	(439)	(487)
Comunicação	(137)	(121)
Custas e emolumentos	(38)	(44)
Outras	(1.819)	(1.227)
	(21.795)	(19.453)

	2023	2022
27. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		
Receitas		
Vendas de sucatas	776	949
Vendas de imobilizado	1.040	749
Reintegra	236	109
Arrendamento de terras	1.154	660
Certificado Renovavio	1.775	954
Restituição de PIS/COFINS não cumulativos	4.361	3.384
Outros	515	565
Subtotal receitas	9.857	7.370
Despesas		
Provisão para contingências (Nota 20)	(1.154)	(619)
Prov. p/ perdas de cred. esperadas (Nota 6)	(2.664)	(16)
Perda na alienação de imobilizado	(409)	-
Despesas com infraestrutura	(24.134)	(21.267)
ICMS sobre outras receitas	(14)	(27)
PIS e COFINS sobre outras receitas	(309)	(175)
Provisão de arrendamento de terras	-	(2.232)
Ajuste do estoque a valor de mercado (Nota 7)	(9.984)	(792)
Outras despesas operacionais	(36.634)	(25.128)
Subtotal despesas	(29.777)	(17.758)

	2023	2022
28. Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Juros recebidos	540	712
Desconto sobre compras	25	50
Rendimento de aplicações financeiras	3.006	2.276
Variações cambiais ativas (a)	34.859	33.774
Ajuste a valor presente	3.147	-
	41.577	36.812
Despesas financeiras		
Juros passivos	(36.380)	(26.709)
Descontos concedidos	(2.757)	(2.820)
Comissão de margem para exportação	(8.677)	(5.921)
Rebates e taxas	(372)	(2.201)
Variações cambiais passivas (a)	(26.549)	(33.254)
Outras	(1.236)	(473)
	(75.971)	(71.378)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(34.394)	(34.566)

(a) O valor de variação cambial refere-se, em sua maior parte, à flutuação cambial entre a moeda original do contrato e a unidade monetária nacional (Real - R\$). Esses valores são lançados pelo regime de competência e não obrigatoriamente refletem desembolsos no fluxo de caixa da Companhia.

29. Subvenções governamentais - 29.1. Crédito Presumido de ICMS: De acordo com o Decreto nº 44.650, de 30 de junho de 2017, que regulamentou a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, a Companhia goza de um benefício fiscal instituído pelo Governo do Estado de Pernambuco, que concede um direito a um crédito presumido de ICMS de 9% sobre as saídas do açúcar, independente do seu destino (interno, interestadual ou para o exterior), e de 12% nas saídas de álcool etílico hidratado combustível (interno e interestadual), para fins de compensação com débitos deste tributo, para as operações realizadas até 31 de dezembro de 2018 para o álcool etílico hidratado combustível e 31 de maio de 2019 para o açúcar. Por intermédio do Decreto nº 46.954, de 28 de dezembro de 2018, tais benefícios foram prorrogados para as operações, tanto de açúcar (9%) como de álcool etílico hidratado combustível (12%), realizadas até 31 de dezembro de 2022. Posteriormente, de acordo com o Art. 1º do Decreto nº 52.338, de 25 de fevereiro de 2021 e o Art. 3º da Lei nº 17.919, de 25 de agosto de 2022, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2026, o crédito presumido sobre as saídas de álcool etílico hidratado combustível (12%) e de açúcar (9%). Entretanto, com relação às saídas de açúcar, por força do § 2º do Art. 17 do Anexo 6 do Decreto nº 44.650, de 30 de junho de 2017, ficam mantidos até 31 de dezembro de 2026, os seguintes percentuais: • 11% (9% + 2%) nas saídas internas e para o exterior; • 10% (9% + 1%) nas saídas interestaduais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, esta subvenção totalizou R\$ 64.677 (2022: R\$ 50.475). **29.2. Redução do IRPJ:** De acordo com o Laudo Constitutivo nº 0016/2017 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia é beneficiária do Incentivo Fiscal de Redução de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ e Adicionais calculados sobre o Lucro da Exploração com base nas receitas incentivadas de açúcar refinado e VHP, e etanol hidratado e anidro. O período de vigência do referido incentivo fiscal é até 31 de dezembro de 2026. Adicionalmente, com base no Ato Declaratório Executivo DRF/REC Nº 79, de 10 de julho de 2017, a Receita Federal do Brasil - RFB habilitou a Companhia a usufruir do Incentivo Fiscal de Redução de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ e Adicionais calculados sobre o Lucro da Exploração com base nas receitas incentivadas de açúcar em razão da modernização do seu empreendimento industrial na área de atuação da SUDENE. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, esta subvenção totalizou R\$ 10.808 (2022: R\$ 2.846).

30. Instrumentos financeiros - 30.1. Considerações gerais: A Companhia pratica operações caracterizadas como instrumentos financeiros para administrar a disponibilidade financeira de suas operações e suprir as suas necessidades de caixa, todas registradas em contas operacionais. Para estimar o valor de mercado de seus instrumentos financeiros mais relevantes, a administração da Companhia utilizou as seguintes premissas: • Caixa e equivalentes de caixa está apresentado ao seu valor justo, que se assemelha ao seu valor contábil. • Os adiantamentos de contratos de câmbio e os empréstimos e financiamentos encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam diferenças significativas entre os valores contábeis e os de mercado/valores justos dos instrumentos financeiros. Com base na avaliação política de riscos da administração da Companhia, não foram contratadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação. **30.2. Fatores de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (i) Riscos de volatilidade do preço: A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. O principal fator de influência na variação dos preços é o clima, que é imprevisível a médio e longo prazo, alterando a demanda e a oferta dos produtos sucroalcooleiros e seus derivados. A Companhia mantém políticas de monitoramento e gestão de riscos, revisadas anualmente e aprovadas pela Diretoria. A administração da Companhia realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada; (ii) Risco cambial: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos de empréstimos de moeda estrangeira ou que afetam os recebíveis. Uma vez que a Companhia atua no mercado externo, sendo suas exportações atreladas ao dólar norte-americano, os produtos de exportação da Companhia (açúcar) se caracterizam como um hedge natural, pois os empréstimos em moeda estrangeira são liquidados em dólar com os valores recebidos das operações de exportação. A administração da Companhia adota estratégia de fixação de preço do açúcar nos contratos de vendas para as indústrias atreladas à variação cambial; (iii) Risco de taxa de juros: Decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e indexadores, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e adiantamentos para contratos de câmbio captados no mercado ou diminuem a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A administração da Companhia monitora de forma contínua as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas; (iv) Risco de liquidez: O risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações relacionadas com os seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A previsão de fluxo de caixa é preparada periodicamente pela administração da Companhia, mediante o qual são monitoradas as necessidades de liquidez para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às necessidades operacionais.

31. Cobertura de seguros: A Companhia possui cobertura de seguros contra perdas, danos materiais e elétricos e incêndio, para alguns bens do seu ativo imobilizado, que monta o valor segurado em R\$ 32.599 (em 2022 R\$ 28.691), e cobertura contra incêndio para os estoques de mercadorias, com valor segurado de R\$ 100.000 (em 2022: R\$ 100.000). Com base na avaliação de riscos efetuada pela administração da Companhia, não foram contratadas apólices de seguros para os demais bens do ativo imobilizado e para cobertura de risco de sua atividade operacional, por entender que é remota a possibilidade de ocorrência de sinistro. Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela administração da Companhia.

32. Transações que não afetaram o caixa da Companhia: O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa da Companhia, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimentos	
Aquisições de imobilizado em contrapartida de outras obrigações	13.774
Total atividades de investimentos	13.774
Atividades de financiamentos	
Dividendos mínimos obrigatórios	5.182
Total atividades de financiamentos	5.182

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
 Aos Acionistas e Diretores da Usina Petríbú S.A., Lagoa de Itaenga - PE.
Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Petríbú S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no item (a) e pelos efeitos do assunto descrito no item (b) na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequ

Publicidade Legal - 13 de novembro de 2024 - USINA PETRIBU S A - balanço pdf

Código do documento ccf51dcf-c507-4744-8955-3e8dd6a244b3



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

12 Nov 2024, 19:09:05

Documento ccf51dcf-c507-4744-8955-3e8dd6a244b3 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-11-12T19:09:05-03:00

12 Nov 2024, 19:09:16

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-11-12T19:09:16-03:00

12 Nov 2024, 19:09:27

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 201.18.98.155 (20118098155.host.telemar.net.br porta: 39698). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=videoconferencia, OU=22121066000172, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2024-11-12T19:09:27-03:00

Hash do documento original

(SHA256):d7032228665da75aff84992b3ae3987c69ff5dd2a5233aee868ee4aa7077a6e3
(SHA512):3c3d100b79bdc39e48a64ebca94a6f35286c5a80df94e3564cd48c9a0735ea7d719986de5c56b5287462242385fd11d39bbccd6fe079691dfa84ced22318bac

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign